

JORNAL DE BRASÍLIA

14 • Sábado, 3/10/92

TRIBUNA DA CIDADE

TADEU RORIZ

Um modelo de desenvolvimento

Na oportunidade de transição governamental, é importante advertir que o Distrito Federal poderá, em breve, ver-se às voltas com uma recessão pior que a atual, se o ritmo de crescimento populacional não for acompanhado de um adequado projeto de desenvolvimento.

Os indícios das dificuldades futuras podem ser inferidos do crescimento do número de desempregados do País e, particularmente, em Brasília, das ameaças freqüentes de retenção das transferências da União, e das políticas salariais recessivas, que atingem os serviços do Governo.

A opção brasiliense pela integração, como a criação do mercado do Entorno, parece ser uma alternativa recomendável, já que existem ao redor do DF várias comunidades isoladas, distantes dos respectivos centros políticos, cuja integração pode ser boa para elas e melhor para Brasília. Essas vilas e cidades podem vir a funcionar como pólos de abastecimento de Brasília, absorvendo parcialmente os contingentes migratórios para o Planalto Central.

Mas, se um projeto agroindustrial para o Entorno pode mudar perspectivas sombrias, ele não pode se dar isoladamente, sem que, internamente, o Distrito Federal gere renda suficiente para transformar-se num mercado impulsor desse desenvolvimento periférico.

O modelo de desenvolvimento do DF deve contemplar também a democratização de oportunidades, principalmente para pequenas e médias empresas de Brasília e estimular o surgimento de novos empreendedores nos sistemas de ponta.



"O modelo de desenvolvimento do Distrito Federal deve contemplar a democratização de oportunidades"

Ao propor a redução da tributação das pequenas e médias empresas em 40%, o Governo está buscando opções para sua autonomia administrativa e financeira, dependências que hoje sufocam politicamente o Governo do DF.

O projeto prevê a isenção do ICMS a todas as micro, pequenas e médias empresas que faturam mensalmente até Cr\$ 30 milhões, atingindo cerca de 90% das 110 mil empresas cadastradas no Distrito Federal.

Paralelamente a essa proposta, a Secretaria da Fazenda e Planejamento enviou à Câmara Legislativa o projeto de lei que institui o Programa Especial de Conversão de Débitos Fiscais em Investimentos (Prodif), que oferecerá liquidez a uma dívida calculada em mais de Cr\$ 300 bilhões.

Esse montante representa, ao contrário da legitimação da inadimplência, a cicatriz que a recessão tem deixado na economia do Distrito Federal, inviabilizando centenas de empresas. É certo que, entre nossos empresários, existem alguns abusos que precisam ser corrigidos.

No entanto, ao contrário do que muitos pensam, o Prodif não propõe a concessão de anistia fiscal aos devedores, mas, sim, reverter esse quadro, gerando novas rendas, empregos e impostos indiretos para nossa cidade.

É bom lembrar, mais uma vez, que o GDF se propõe a cobrar 30% do valor total da dívida (acrescida de 200% de multa), e a transformação dos 70% restantes em investimentos e projetos, aprovados previamente pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Concomitantemente, portanto, à criação do Mercado Comum do Entorno e de um mecanismo de incentivo às pequenas, médias e até grandes empresas de ponta, precisamos nos manter atentos para a votação do Orçamento Geral da União de 1993.

Qualquer corte ao orçamento do GDF, afetando áreas importantes como a educação, saúde, segurança e até a construção, do metrô (como estava previsto) seria o mesmo que condenar o Distrito Federal a um retrocesso, gerando sequelas graves, de difícil superação, e afofando definitivamente, em seus problemas, uma cidade que está apenas iniciando o seu processo de autonomia.

■ Tadeu Roriz é deputado distrital pelo PTR e vice-presidente da Câmara